

---

HEYBERGER, Bernard

*Les chrétiens au Proche-Orient: de la compassion à la compréhension*

Paris: Éditions Payot-Rivages, 2013. 157 p. ISBN: 978-2-228-90883-2 (Manuels Payot).

FLEYFEL, Antoine

*Géopolitique des chrétiens d'Orient: défis et avenir des chrétiens arabes*

Paris: L'Harmattan, 2013. 215 p. ISBN: 978-2-343-01485-2 (Pensée religieuse et philosophie arabe, 13).

A D E L S I D A R U S

(IEO/FCSH/UCP)

Nestes anos turbulentos e trágicos para o cristianismo em terras do islão, com toda a riqueza das suas dimensões históricas, confessionais e etnolinguísticas, surgiu uma panóplia de obras em várias línguas e países. Os livros que aqui se apresentam destacam-se pelas qualificações dos seus autores e a particularidade da sua abordagem e perspectiva. Heyberger é ao mesmo tempo historiador e sociólogo, um bom conhecedor do Médio Oriente, enquanto Fleyfel, além de ser professor de filosofia na Universidade Católica de Lille e dirigir a coleção que alberga a sua obra, é um protagonista franco-libanês *engagé* e profundamente solidário com a sua região de origem.

Ele está longe de admitir que os cristãos árabes da sua espécie estão em via de desaparecer, em via de “escrever o seu último capítulo no Oriente”; “o seu futuro no *Machreq* ainda lhes pertence”. O que é óbvio, contudo, é a inelutabilidade de uma reconfiguração em função dos “novos dados contextuais”, tal como o é para “todos os habitantes do Próximo Oriente, chamados continuamente a enfrentar situações inéditas, necessitando reajustamentos e novos modos de estar e de relacionar-se” (p.212). Heyberger, pelo seu lado, pretende contribuir para o conhecimento da “dinâmica político-religiosa” da região subjacente à crise, “na perspectiva do tempo longo e do contexto político global”.

Começemos com este autor que dirige, em Paris, o Institut d'études de l'islam et des sociétés du monde musulman (IISMM) da École des hautes études en sciences sociales (EHESS). No quadro geral da investigação sobre o islão nos tempos modernos e contemporâneos, centrou a sua pesquisa sobre os cristãos daquela zona, seja ela árabe, turca ou iraniana. Mencionemos em particular a sua obra *Les chrétiens du Proche-Orient au temps de la Réforme catholique [xvi<sup>e</sup>-xviii<sup>e</sup> siècles]* (Roma: École française de Rome, 1994; reed. recente) e a coordenação do volume coletivo *Chrétiens du monde arabe: Un archipel en terre d'Islam* (Paris: Autrement, 2003). Uma nota preliminar antes do índice final (p.155) informa-nos de que o presente livro se inspira das lições semanais a cargo do autor na École pratique des hautes études (EPHE), juntamente com os debates que se lhes seguiram.

Sem ignorar os momentos difíceis senão dramáticos que atravessam as diferentes comunidades cristãs da região, como, de resto, os outros grupos religiosos ou étnicos “minoritários”..., Heyberger lembra verdades históricas e fornece elementos de análise para se poder ir para além dos lugares comuns dos meios de comunicação ou de um bom número de obras parciais ou polémicas. Para ele, esses *clichés* de vitimização estéril das minorias averiguam-se

afinal como sendo o reflexo das relações complexas, e complexadas (!), entre Ocidente “cristão” e Islão.

A obra, densa e bem documentada, dirige-se tanto ao leitor europeu interessado como às populações contemplada – as quais, presas como estão na tormenta, têm tendência a fechar-se e agravar a sua exclusão, a ignorar a sua história global e as falhas da sua fixação identitária ou os erros das suas estratégias de sobrevivência.

Enquadrados por uma “Introdução” (p.7-13) e uma “Conclusão” (p.147-153), temos cinco capítulos ou secções sem numeração sequencial que abordam sucessivamente: “La délicate question du nombre” (p.15-41); a “Division et dispersion” dos grupos confessionais (p.43-68); a articulação das suas hierarquias com o poder político e civil: “L’État et la nation” (p.69-101); a teoria e história do lugar dos não-muçulmanos em qualquer estado islâmico (*xaria* e estatuto de *dhimmi*): “*Millets et citoyenneté*” (p.103-124); “Partage du sacré, compétition confessionnelle et nouvelles religiosités” (p.125-145). Uma sequência de temas, pois, refletindo as condições que presidiram à composição do volume, como assinalado.

Sem nos podermos alongar sobre cada um destes tópicos, há dois deles que merecem clarificações ou comentários complementares.

O primeiro relaciona-se com o capítulo “*Millets et citoyenneté*”, referente ao estatuto dos não muçulmanos nas sociedades islâmicas, o qual se coloca atualmente de forma aguda e violenta nos territórios sob a pressão de milícias *jihadistas* ou sob a alçada do autoproclamado “Estado islâmico” ou “Califado”, i.e. a institucionalização da sucessão do Profeta (*khalifa* = “sucessor”), onde se consagra a fusão dos poderes religioso, militar e político-administrativo<sup>4</sup>.

Na lei islâmica, a dita *xaria* inspirada pelo texto corânico, ao mesmo tempo que pela lei costumeira das tribos árabes (!), judeus e cristãos ou “a gente do livro” (a *torah* e o *injl* < evangelho) eram considerados *dhimmi*-s, literalmente: “protegidos”. Trata-se do regime de entendimento intertribal, no qual a tribo ou confederação mais forte (ou vencedora) impunha a sua lei a uma outra mais fraca (ou vencida). Esta última aceitava esse “modo de sobrevivência”, ao mesmo tempo que pagava um tributo para tal, em dinheiro ou serviços: a *jizya*, um tipo de taxa ou tributo de “compensação-retribuição”<sup>5</sup>.

Com a criação de um “estado” islâmico fora dos limites do “deserto matricial”, esta *jizya* tomou a forma de um imposto de capitação (“por cabeça”) para as populações submetidas que não adotavam o islão. Pois, em termos de direito tribal, os neo-muçulmanos se tornavam “clientes” das tribos islamizadas, potenciais aliados em guerras defensivas ou ofensivas, enquanto isso era inimaginável para os não muçulmanos. Convém acrescentar que essa prática se viu reforçada e institucionalizada pelos procedimentos análogos existentes nos impérios bizantino e persa sobre cujos escombros se veio a estabelecer o novo estado islâmico ou califal.

4 É importante realçar que esses novos movimentos efectuam uma amalgama grosseira entre essas minorias cristãs e os “agressivos cristãos” do Ocidente euro-americano: Jean-François Colosimo, *Les hommes de trop: La malédiction des chrétiens d'Orient* (Paris, 2014).

5 Interessante relacionar esta problemática intimamente ligada à antropologia tribal com a da apostasia ou ateísmo de um muçulmano. Ver entre outros o cap. 4 da obra de Yohanan Friedmann, *Tolerance and Coercion in Islam: Interfaith Relations in the Muslim Tradition* (Cambridge/New York, 2003; 2ª ed. 2006). No cap. 1, historial da questão da *jizya* etc. Resenha nossa do livro, no *Bulletin critique des Annales islamologiques* (Paris/Cairo), 26 (2010-11), 43a-44a (online: [www.ifao.egnet.net/bcai/26/](http://www.ifao.egnet.net/bcai/26/)).

Uma vez estabelecidas estas regras de relacionamento intercomunitário, cristãos e judeus (e outros grupos religiosos específicos a eles assimilados, de acordo com a característica de outras populações submetidas) podiam participar na vida económica e cultural dos países islâmicos – e até na administração pública em muitos casos<sup>6</sup>.

Este regime de *jizya* ou situação de “dhimmitude” foi abolido no Império otomano na senda das reformas modernizantes apelidadas de *Tanzimat*, em meados do século XIX, reconhecendo aos diferentes grupos ou confissões religiosas um estatuto de autonomia jurídica, as *millets*. Ficou assim nos novos estados árabes tornados independentes, estando agora reivindicada a restauração dessa prescrição da *xaria* medieval, sob várias formas, pelos movimentos “passadistas” radicais, como se disse atrás.

O outro tópico que gostávamos de glosar diz respeito a um aspeto do drama da presença cristã nas terras do islão, exposto no capítulo “Divisão e dispersão”. Trata-se da lamentável situação da multiplicidade das jurisdições eclesiásticas que dividem os cristãos entre si. Ao lado da dimensão etnolinguística que caracteriza todo o território do Médio Oriente desde sempre, espaço onde tribos árabes e turcas se instalaram e difundiram o islão (populações arameo-síriacas, gregas ou helenizadas, coptas, arménias), e para além das tradições e práticas religiosas fraturantes – se bem que bastante secundárias à luz da mensagem evangélica, temos as divisões históricas originadas pelas divergências dogmáticas relativas a problemas de terminologia e conceções filosóficas e a tensões internas no antigo império bizantino: populações e hierarquias eclesiásticas indígenas contra o poder político arbitrário e hegemónica exógena. E a referida criação das *millets*, nos finais do império turco-otomano, acabou por cristalizar essas barreiras identitárias. Mais tarde, na esteira do colonialismo europeu, católicos e protestantes (estes, na variedade de suas igrejas ou seitas) vieram semear mais discórdia, triplicando ou mais as jurisdições eclesiásticas já existentes.

Acrescente-se a isso tudo a mobilidade populacional em toda a região, na mesma época, fruto das novas dinâmicas económicas que marcaram a chegada do capital estrangeiro no Império Otomano e as convulsões políticas e étnicas que acompanharam o fim trágico deste depois da I Guerra Mundial. Pode-se assim contabilizar até quinze jurisdições cristãs concorrentes em algumas capitais da região, quando os cristãos constituem já em si uma pequena minoria numérica, suspeita por cima de conluíus com as potências coloniais e imperialistas.

Que pobre testemunho aos olhos de populações muçulmanas desorientadas, procurando desesperadamente alguma unidade para quebrar o impasse causado por sucessivamente: este colonialismo (“cristão”); os nacionalismos socialistas próximos do comunismo; as ditaduras predadoras e corruptas, submetidas ao serviço de interesses económicos alheios!

Além disso, essa competição confessional entre cristãos tem obrigado as várias comunidades a absolutizarem a sua identidade histórica, doutrinária ou étnica, virada toda para o passado, em vez de participar em pleno na procura de novas cidadanias inclusivas e modernas.

---

6 Ver o nosso ensaio “Religião e multiculturalidade entre moçárabes e cristãos médio-orientais”, *Didaskalia*, XLVI/1 (2016), 203-223. Panorama global sobre a vida desses cristãos, na obra coletiva publicada pelo Middle East Council of Churches (e de que existe uma versão em árabe): *Christianity. A History in the Middle East* (Beirut, 2005).

Na *Conclusão*, Heyberger coloca precisamente esta pergunta, depois de mencionar as várias opções no seguimento das revoluções mais ou menos abortadas da chamada “primavera árabe”: independentemente da evolução da situação e das soluções imediatas – e aqui ele vai ao encontro do “nacionalista árabe” libanês que é Antoine Fleyfel ou do seu compatriota Ahmad Beydoun<sup>7</sup> –, a prioridade não residia numa “democracia baseada na liberdade dos indivíduos, incluindo a dos muçulmanos: liberdade de consciência e de expressão, plasmada numa lei secularizada?” (p.149).

Não nos vamos iludir, é a maioria muçulmana que irá definir a saída do momento atual. No entanto, sem deixar de lutar para um lugar digno nas novas configurações que se hão de emergir, os cristãos devem sempre ter aquilo em perspetiva. Não procurar preservar ou melhorar as prerrogativas religiosas do antigo sistema das *millets*, mas pugnar, antes de tudo, em prol de uma “cidadania” nacional em nome dos direitos fundamentais do homem moderno.

É praticamente nos mesmos termos que Antoine Fleyfel se exprime na breve *Conclusão* da sua obra (p.210-212). Para ele, o desafio da presença cristã nos territórios do Médio Oriente não se circunscreve à componente religiosa, ele abrange, necessariamente, o combate social e político rumo à laicidade e cidadania – combate este que é afinal comum a todas as populações dos países árabes. Neste sentido, a causa dos cristãos árabes já não pode ser uma causa confessional, mas um aspeto essencial do devir do mundo árabe, o qual não será o mesmo sem os seus cristãos<sup>8</sup>.

E eis que entrámos na análise do livro de Fleyfel.

E já agora, o seu título principal podia causar uma certa confusão, na medida em que os “cristãos do Oriente” são muito variados. Mas esta ambiguidade é levantada com o articulado do subtítulo, onde o estudo geopolítico pretendido contempla, de facto, os “cristãos árabes”. Por outro lado, depois da breve *Introdução* (p.9-13), logo no cap. 1º, discute-se precisamente, e de modo alongado, o alcance polifacetado da expressão “cristãos do Oriente”, chegando o autor a caracterizar os ditos “cristãos árabes”, dentro dessa panóplia, por uma tripla dimensão que lhe seria constitutiva (cf. p.43): o arabismo ou “arabidade”, enquanto noção cultural mais que territorial<sup>9</sup>, a relação com o islão<sup>10</sup> e a causa palestina.

Pensamos que este último cunho é demasiado conjetural e nem sequer é vivido como tal por todas as comunidades aqui contempladas. Muito mais relevante em termos sociológicos e estruturais é o facto de as respetivas igrejas, pelo menos desde o domínio islâmico, quer dizer há 14 séculos – e para algumas ainda antes, senão desde sempre – nunca foram “esta-

7 Ahmed Beydoun, *Liban, dégénération ou réforme orpheline* (Arlès, 2009).

8 Conviém frisar que esta é a posição do príncipe Aasan Bin Tállal da Jordânia no seu livro sobre o cristianismo no mundo árabe, traduzido em mais que uma língua europeia.

9 Ver: Jean Corbin, *L'Église des Arabes* (Paris, 1977; há uma reedição); Samir Khalil Samir, “Pour une théologie arabe contemporaine: Actualité du patrimoine arabe chrétien”, *Proche-Orient Chrétien* (Jérusalem), 38 (1988), 64-98.

10 Ver entre outros: Samir Khalil Samir, “Une théologie arabe pour l’islam”, *Tantur Yearbook* (Jérusalem), nº de 1979-1980, pub. em 1981, p. 57-84; Sidney H. Griffith, *The Church in the Shadow of the Mosque: Christians and Muslims in the World of Islam* (Princeton/Oxford, 2008). Tentámos corrigir e complementar esta obra em “Notes sur la littérature médiévale chrétienne d’expression arabe”, *Mélanges de Science Religieuse* (Lille), 68/3 (2011), 17-30 (nº temático *Chrétiens arabes, témoins de l’Évangile au cœur de l’Islam*). Pode-se consultar também a nossa longa resenha crítica no *Bulletin critique des Annales islamologiques* (Paris/Cairo), 26 (2010-11), 15a-18a (online: [www.ifao.egnet.net/bcai/26/](http://www.ifao.egnet.net/bcai/26/)).

tais” ou associadas ao poder político; tiveram antes que enfrentá-lo, o mor das vezes enquanto força hostil, senão opressora.

Seja como for, não se pode considerar estes grupos religiosos como um bloco “geopolítico” homogêneo. Além de terem origens históricas e etnolinguísticas diferenciadas (helelismo, aramaismo ou siriacismo, copticismo ou egípcianismo, armenismo...), elas são radicadas em países árabes diferentes, daí que o autor trata, em capítulos apropriados, cada um dos contextos políticos “nacionais” em que se afirma a presença dinâmica dessas “minorias” cristãs: “Líbano, país com regime confessional” (ch. 2); “Jordânia, reino dos cristãos felizes?” (ch. 3); “Iraque, terra dos êxodos cristãos” (ch. 4); “Terra Santa [Palestina-Israel], sofrimentos e anseios do lugar de origem” (ch. 5); “Egito, lugar de combate pela cidadania” (ch. 6); “Síria, país das minorias protegidas” (ch. 7). O autor não aborda a questão dos cristãos residentes nos países do Golfo arábico-pérsico (conta-se cerca de um milhão!), pois se trata de trabalhadores imigrados, em geral a título precário, e provenientes, no mor das vezes, de horizontes não-árabes<sup>11</sup>.

Não se deve tomar muito à letra a pretensão do autor ao anunciar que, para cada caso, se tomaram em consideração as componentes “geopolíticas” tais como as define a dita disciplina propalada pelos seus arautos ou teóricos: espaço, história e demografia; poderes econômico, político e militar; ideias, culturas e religiões (cf. p.11). Na verdade, os limites da obra não permitiram dissertar sobre cada um dos países em análise, independentemente da questão da sua população cristã. Isto teria dado ao volume uma outra espessura, permitindo contextualizar melhor a “questão cristã” em cada um dos países. Mas Fleyfel teve que ir diretamente às relações sociopolíticas da ou das minorias cristãs com o poder ou a sociedade ambiente.

A análise efetuada varia de um capítulo a outro em consonância com o conhecimento pessoal do autor e os estudos que ele pôde consultar. Talvez em função do público diretamente visado, Fleyfel invoca uma bibliografia em língua francesa, apenas alguns títulos em inglês e quase nenhum em árabe. Se para o Líbano ou a Síria existiram autóctones a escreverem em francês, não é geralmente o caso do resto dos países estudados. Ora, sabemos quanto se complementam as análises destes levadas a efeito pelos protagonistas numa questão determinada, por um lado, e por observadores externos objetivos e qualificados, por outro. E para a questão religiosa, o ideal teria sido cruzar, com pertinência, as perspectivas de analistas dos campos opostos...

No que diz respeito ao Egito e aos coptas (denominação – recorde-se – que tem a mesma origem faraônica-grega que para “egípcios”, *aigýptios*), o autor recorreu, basicamente, a duas obras de divulgação em língua francesa. De vez em quando, encontramos um estudo ou uma monografia específica em língua inglesa. Resultou daí uma imagem global empobrecida, que não deu conta dos verdadeiros fundamentos da situação presente nem das potencialidades futuras. Ainda menos ajudaria ela o leitor no aprofundamento das questões.

Que me seja permitido, enquanto copta solidário e atento ao que se passa no meu país de origem, ao mesmo tempo que estudioso de matérias islamo-cristãs, fornecer alguns

11 Sobre os cristãos (e tribos inteiras) de etnia árabe nas origens do islão, ver Theresia Hainthaler, *Christliche Araber vor dem Islam: Verbreitung und konfessionelle Zugehörigkeit – Eine Hinführung* (Leuven, 2007). Demos conta desta obra em *Collectanea Christiana Orientalia* (Córdoba), 6 (2009), 504-510 (agora online <[www.uco.es/investiga/grupos/hum380/collectanea/node/20](http://www.uco.es/investiga/grupos/hum380/collectanea/node/20)>).

complementos na linha das reflexões acima esboçadas. Parecem-me oportunos na senda do congresso de estudos coptas e do Oriente cristão, que teve lugar na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa no mês de julho do ano passado e no âmbito de uma revista de história religiosa<sup>12</sup>.

Antes de tudo, existem hoje algumas sínteses históricas respondendo plenamente às exigências académicas, como as de Magdi Guirguis / Nelly van Doorn-Harder, *The Emergence of the Modern Coptic Papacy: The Egyptian Church and Its Leadership from the Ottoman Period to the Present* (Cairo/New York, 2011) e de Vivian Ibrahim, *The Copts of Egypt: Challenges of Modernisation and Identity – 19<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> centuries* (London/New York, 2011). Ademais, ao lado de ensaios com valor levados a efeito por verdadeiros “cidadãos” coptas, tais como os de Ghali Shukri, *Al-Aqbat fi watan mutaghayyir* (Cairo, 1990) ou de Laure Guirguis, *Coptes d'Égypte et reconfigurations politiques (2005-2012)* (Paris, 2012), alguns da pena de autores egípcios muçulmanos merecem menção particular por causa da sua sinceridade e imparcialidade: Tariq al-Bishri, *Al-Aqbat wal-muslimun fi itar al-jamaah al-wataniyyah* (Cairo, 1982); Samira Bahr, *Al-Aqbat fi al-hayah al-siyasiyyah al-misriyyah* (idem, 2<sup>a</sup> ed., 1984); Sanaa (Thana') S. Hassan, *Christians versus Muslims in Modern Egypt: The Century Long Struggle for Coptic Equality* (Oxford, 2003). Como esta tese universitária fala amplamente do movimento de renovação monástica e eclesial copta do meio século passado, deve-se recordar o trabalho análogo de Wolfram Reiss, *Erneuerung in der koptisch-orthodoxen Kirche* (Freiburg i. Br., 1998). Finalmente, de um modo geral, a monografia de Anthony Gorman, *Historians, State and Politics in Twentieth Century Egypt* (London/New York, 2003; repr. 2013), é muito instrutiva, na medida em que analisa, com pertinência, tanto a produção histórica local como as opiniões de alguns intelectuais influentes.

ANTUNES, Vitória Baltazar

S. Gonçalo de Lagos

Torres Vedras: Município de Torres Vedras; Agrupamento de Escolas de S. Gonçalo/Biblioteca Escolar, 2010. 35 p.

J O R G E G O N Ç A L V E S G U I M A R Ë S

Em jeito de exórdio, merece ser recordado que os estudos de história local, iniciados de forma incipiente pela Academia Real de História, no século XVIII, conheceriam, com as *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, uma nova vitalidade. No caso de Torres Vedras, a obra de Madeira Torres – *Descrição Historica e Economica da Villa e do Termo de Torres Vedras*, inserta no tomo 6, parte 1, daquelas *Memórias*, no ano de 1816 – é disso um

12 Ver, entre outros, a publicação da nossa lição inaugural na revista *Didaskalia*, tal como assinalado na nota 1.